



GT 72. Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos

Coordenador(es):

Raquel Mombelli (NEPI)

Cintia Beatriz Muller (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A presente proposta é um convite do Comitê Quilombos ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a regularização dos territórios das comunidades dos quilombos e de reconhecimento sociocultural, inclusão sociopolítica e de promoção da igualdade racial. Propõe-se analisar os retrocessos da política de demarcação e regularização das terras de quilombo e as implicações de sua atual paralisação promovida pelo atual Governo Federal, aos direitos quilombolas e à democracia étnico racial no país. Pretende-se ainda estimular a produção de três tipos de análise: 1º) o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas; 2º) a análise dos conflitos socioambientais deflagrados por grandes projetos nos territórios quilombolas; 3º) Avaliações críticas dos avanços a partir dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos;

A questão Agrária em território quilombola: narrativas, lutas e resistências na comunidade Santarém no município de São Luís Gonzaga do Maranhão

Autoria: Francisca Gárdina dos Santos Lima (Fundação Grupo Esquel)

O debate sobre questão agrária no Brasil tem se desenvolvido em torno de duas compreensões. Uma dessas pressupõe a existência da atividade agrícola empresarial, com aumento da produção e da produtividade a concentração de terras nas mãos de uma minoria não configuraria um problema agrário. A outra contrapõe-se à primeira, a forma como está organizado o sistema de uso, posse e propriedade da terra tem intensificado os conflitos agrários gerando problemas sociais, políticos e ambientais. O modelo de exploração da terra dominante no país opera numa lógica que invade, expropria e devasta territórios tradicionalmente ocupados, como comunidades quilombolas e terras indígenas. O Maranhão não escapa a essa lógica, uma vez reúne em seu território condições propícias para essa perspectiva desenvolvimentista. A região do Médio Mearim ocupada desde meados do século passado por pessoas oriundas de estados do Nordeste que em sua trajetória, aprenderam a ?desbravar matas? e a sobreviver de uma economia de base familiar. Posteriormente, diante das investidas de latifundiários, a região passou por fortes conflitos, principalmente na década de 1980, havendo a resistência de centenas de famílias camponesas que lutaram e lutam pelo livre acesso aos babaquais e contra a concentração da propriedade da terra. S. L. Gonzaga, pertencente à essa região, insere-se na mesma lógica, caracterizando-se como um território de conflitos por terra que envolvem sobretudo, comunidades quilombolas.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: